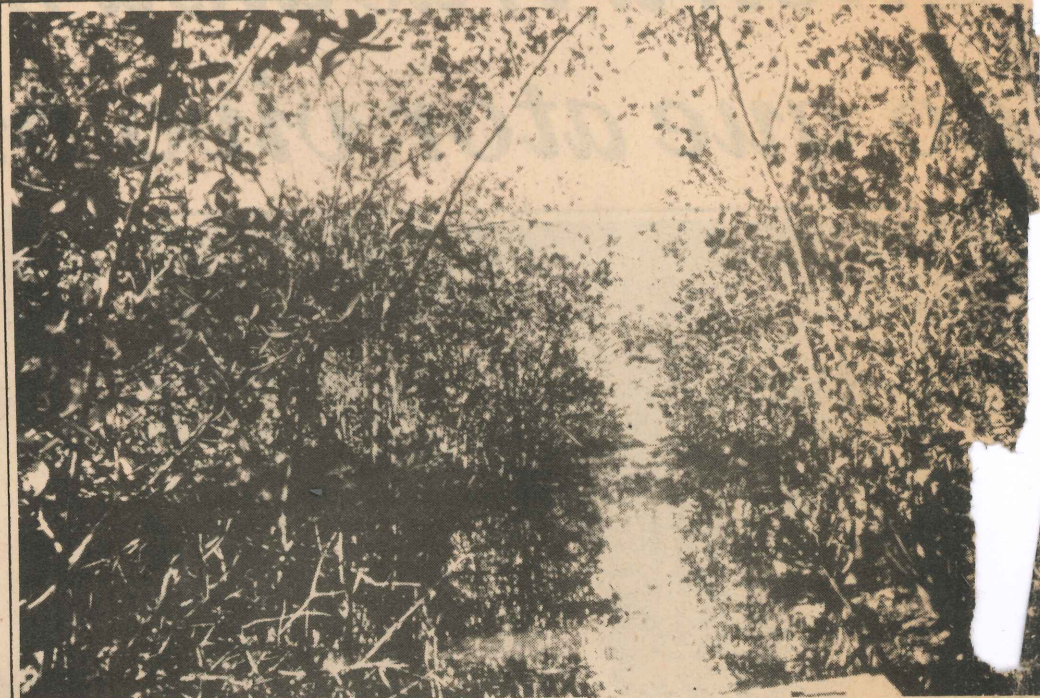


# DAA responde (ao SPU) não há como preservar manguezais de Guarapari

Sylvio Costa  
Foto de Luiz Pajau \*



Em Guarapari, a beleza depredada e o descaso...

2108076

“Do jeito que estamos — sem infra-estrutura de legislação, de recursos humanos, de orçamento, sem respaldo político... — é impossível se pensar em fazer um trabalho de levantamento da situação dos manguezais, pesquisá-los ou estudar a criação de uma reserva. Sem um órgão equipado para tratar do meio-ambiente, não há nenhuma condição de executar esse e outros serviços prioritários”.

É o que diz Eurico Salles Prata, engenheiro químico, ex-funcionário da extinta Fundação Estadual do Meio Ambiente e atualmente no Departamento de Ações Ambientais da Secretaria de Saúde (onde coordena o Programa de Controle à Poluição).

Ele foi abordado sobre as possibilidades do DAA encaminhar o processo de transformação dos manguezais da região do Lameirão, em Guarapari, em “reserva biológica e estação ecológica”, conforme reivindicava a Fema em 1980 ao Serviço do Patrimônio da União. A delegada do SPU no Espírito Santo, Albani Rosetti de Almeida — a quem cabe ceder os terrenos que se pretende preservar — já demonstrou até interesse (no último domingo, em A TRIBUNA) em facilitar as coisas desde que o DAA ou outro órgão se manifeste a respeito.

Nesse caso, seria necessário especialmente acrescentar ao processo certos dados que a antiga Fema não apresentou. Pelo DAA, porém, Eurico Salles Prata respondeu que o Departamento não tem como fazer isto. Primeiro, por falta de infra-estrutura material, política, etc. Segundo, porque o assunto reserva biológica está mais afeto ao Instituto de Terras e Cartografias da Secretaria de Agricultura. Terceiro, porque o DAA tem diversas outras prioridades, que não o trabalho de proteção a manguezais.

## “COM SEIS TÉCNICOS?”

O ato legal que extinguiu a Fema — uma entidade criada em 20 de julho de 79 e desmembrada no final de 80 — dividiu entre o ITC e ao DAA as atribuições originais da fundação de triste fim. Ao Instituto, coube as tarefas de manter, recuperar e criar reservas e parques no Estado. Ao Departamento, coube a responsabilidade de controlar e fiscalizar a qualidade de vida da água, do ar e do solo no Espírito Santo.

Na prática, para que uma reserva (como a dos manguezais da Baía de Guarapari) seja criada, tanto o ITC como o DAA devem ser chamados à participação. “Aí, nós responderíamos por parte desse trabalho”, afirma Eurico Salles. “Mas como fazer isto, se o setor propriamente de meio-ambiente do DAA fixou com seis técnicos de nível superior, sendo que dois ficam só em laboratórios?”

Para Eurico, o que falta é apoio do Governo. “Não é por falta de técnicos, de trabalho, de idéias que as coisas deixam de ser feitas”, acrescenta. E dá demonstrações disso: a diminuta equipe responsável no DAA pelo cumprimento das funções da Fema chegou mesmo a elaborar um relatório sobre a situação do meio-ambiente capixaba, inclusive com uma análise da intervenção do Poder Público no setor e um anteprojeto de lei ambiental para o Estado. Esses documentos, a serem entregues ao novo Governo, contêm algumas curiosidades, algumas surpresas, alguns dados alarmantes.

Alarme, susto, surpresa? Ahn... Estimam os técnicos do DAA que as nove indústrias de álcool instaladas ou em instalação no Espírito Santo que eles já istoriaram vão produzir nada mais nada menos que 10 milhões de litros de vinho diariamente neste ano de 83 (diariamente: é isso mesmo). E que, nos anos de 84 e 85, a produção de vinhoto por dia será de aproximadamente 15 milhões de litros.

Nesse sentido, Eurico Salles Prata pensa que a proteção dos manguezais não é a prioridade máxima e ca se deve perseguir em termos ecológicos. “Nossa prioridade número um é o controle da poluição industrial. Não adianta você somente criar a reserva se os vão levar efluentes industriais que poluirão os manguezais”, justificou.

Nesse sentido, o DAA assinou convênio com o Instituto Nacional de Tecnologia e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para realizar o cadastramento industrial de 500 fábricas capixabas. Até agora, 400 delas já foram cadastradas, tendo inclusive respondido a um “inquérito sobre poluição industrial”, isso com uma verba de Cr\$ 400 mil (a segunda etapa do projeto exige a aplicação de mais Cr\$ 500 mil).

Tal serviço é, para os profissionais de meio-ambiente do DAA, “o primeiro passo para se ter idéia das atividades poluidoras existentes, gerando subsídios básicos para uma política estadual de controle de poluição”. Além do cadastramento, todos os projetos industriais devem ser aprovados pelo DAA, que sente na carne a absoluta impossibilidade de tudo controlar, tudo fiscalizar. Afinal, mesmo para autorizar o funcionamento ou fiscalizar uma fábrica de álcool, o órgão tem que recorrer à Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (Feema/RJ). A razão: não tem recursos materiais e humanos para tanto.

O levantamento e a preservação dos manguezais capixabas eram um dos principais pontos do programa de trabalho da falecida Fema. A Fundação foi quem levantou a situação dos manguezais de Guarapari — onde são impiedosamente massacrados espécimes vegetais e animais (entre as quais, “o papagaio do bico amarelo”, que aparentemente, só faz seus ninhos ali, em todo o mundo) — ou de Aracruz. E quem pretendeu criar quatro reservas biológicas de mangues: em Conceição da Barra, em Guarapari, em Vitória, (os manguezais atrás do Campus Universitário) e em outro local a se definir.

Não deu certo: só vingou, como sempre, a progressiva e irracional depredação de nosso patrimônio natural. Em Aracruz um levantamento preliminar provou a ocorrência de mortandade de ostras nos mangues dos Rios Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim (Santa Cruz), coisa que começou a acontecer depois que a Aracruz Celulose e seus infalíveis eucaliptos passaram a produzir papel em velocidade de quem pretende afundar o pé em Plutão, lucrar mais que a própria palavra lucro, alcançar galáxias antes nunca vistas...

No DAA, logo se viu que esse tipo de levantamento seria impossível. Concentraram-se os esforços no trabalho de combate à poluição das indústrias.

Agora, as expectativas são de criação de um órgão forte e bem aparelhado para tratar do problema ambiental por aqui. Como reivindicaram, por exemplo, 18 entidades presentes ao Seminário de Meio Ambiente realizado nos dias 15 e 16 de janeiro de 83. Nesse encontro, definiu-se que esse órgão deve centralizar os

serviços no campo ambiental e ter as funções seguintes

“Fazer cumprir no Espírito Santo, a legislação federal já existente a respeito de meio-ambiente, elaborar uma legislação estadual e promover sua execução; estimular a criação dos Conselhos Municipais de Meio-Ambiente, supervisionando e assessorando a sua atuação; executar a política estadual para o meio-ambiente, respeitando os princípios norteiam esse seminário; criar um Conselho Estadual de Meio Ambiente, com representantes das Secretarias de Planejamento, Saúde, Indústria e Comércio, Agricultura, Educação, da Fundação de Meio Ambiente proposta, da Ufes, de entidade de defesa do meio-ambiente, do corpo técnico da Fundação de Meio Ambiente; e por dois representantes da sociedade civil”.

Enquanto isso, Eurico Salles Prata insiste na importância do cadastramento industrial, “um trabalho básico e que fica muito aquém das necessidades do Estado em termos ambientais”. E acentua: “Sob o ponto de vista técnico, a dissolução da Fema foi horrorosa, separou, dividiu tudo. E uma coisa depende da outra. Não se pode separar assim, como fizeram com as atribuições entregues ao ITC e ao DAA”.

O novo Governo assume com a promessa de fazer um Governo de linha “popular e democrática”. Se assim for, espera-se que haja alguma sensibilidade para aquela denúncia que a velha Fema fazia em ofício ao ministro César Calls, das Minas e Energia, ainda em julho de 80:

“... Acontece que o Governo Federal, pelo Decreto 81912, autorizou a empresa Guarapari Mineração Ltda., a explorar concheiras bem no fundo da baía, direito atualmente transferido a Morrison Knudsen. Tal exploração é de interesse exclusivamente comercial e industrial, de vez que são retirados da baía os depósitos de moluscos fósseis milenares para simples produção de ração para animais... Calcula-se que estejam sendo extraídas cerca de 60 toneladas de sambaquis existentes por dia, resultando disso o revolvimento altamente prejudicial de centenas de toneladas de substrato...”

Como se vê, a situação dos mangues de Guarapari — de fato, uma ponta no iceberg da destruição ecológica assistida impavidamente por todos — não deve melhorar a curto prazo. Assim como a curto (?) prazo, continuarão maltratando o Mestre Álvaro, nossas reservas biológicas, a atmosfera, os rios, o mar e o chão...

+ A partir de slides do arquivo do Instituto dos Santos Neves.